

Um novo paradigma

Nos últimos tempos, tornou-se quase um lugar comum afirmar que é necessária uma "nova estratégia" para a Economia Portuguesa. Defende-se que o "modelo de desenvolvimento" prosseguido até aqui, apoiado em baixos salários e em indústrias com pouco valor acrescentado, está esgotado. Como na Economia Global sofremos cada vez mais a concorrência de países que têm salários mais baixos que os nossos, este caminho não leva a lado nenhum. As nossas empresas definharão e tornar-nos-emos todos criados dos espanhóis. Por isso, há que mudar o rumo, procurar um Novo Paradigma. Em vez de apostar em salários baixos, deveríamos aderir à tecnologia elevada. Inovação, diferenciação, design, Irlanda, Finlândia são palavras mágicas com que os comentaristas visionários invocam o cobiçado Nirvana. E clama-se que o Estado deve ter um papel determinante no processo. Não só definindo a "estratégia", como apoiando a sua implementação, em conjugação com os empresários.

A verdade é que nos dias de hoje este discurso faz pouco sentido. Falar de "estratégia nacional" é manifestar uma incompreensão básica acerca do funcionamento da economia (afinal, se o "modelo de desenvolvimento" fosse escolhido por decreto, quem terá sido o criminoso que decidiu que Portugal se iria especializar em indústrias de baixo valor acrescentado?). Mesmo que fosse possível alterar o "modelo", subsiste naquele raciocínio um erro fundamental: parte-se do princípio que os agentes económicos decidem mal ou que são incapazes de rever as suas estratégias. Assume-se implicitamente que o empresário português não aposta em produtos sofisticados por sofrer uma espécie de miopia. Como não se apercebe das vantagens daquele tipo de investimento, é necessário ajuda-lo a descobrir o caminho. Se porventura a intervenção iluminada não ocorrer, o erro vai persistir e o empresário, obstinado, conduzirá a sua empresa à falência, arrastando consigo os trabalhadores e o resto da economia.

Ora, na verdade, as coisas não se passam assim. Em geral, quando os empresários decidem onde investir pensam no melhor uso para algo que lhes é muito caro: o dinheiro. E por isso, avaliam alternativas. As suas escolhas resultam de um processo de decisão complexo, onde ponderam aspectos tão diversos, como a sua própria experiência, a rede de clientes, o custo e a qualidade dos factores produtivos, a distância relativamente aos mercados, a carga fiscal, as infra-estruturas físicas, a qualidade da fiscalização económica e a exigência dos consumidores. Possivelmente, alguns empresários farão escolhas incorrectas. Mas se o fizerem, terão fortes incentivos em as rever, pois perderão dinheiro. Desde que o Estado não atrapalhe, subsidiando a manutenção de empresas inviáveis, sobreviverão apenas as que adoptarem estratégias decentes.

As que morrerem, darão lugar a novas empresas. Esse processo de regeneração é o bálsamo fundamental do desenvolvimento económico.

Disto isto, com que base poderemos afirmar que o actual padrão de produção em Portugal não é adequado? A título de exemplo, considere-se o mercado dos vinhos. Existem vários segmentos nesse mercado, desde o vinho a granel ao mais sofisticado vinho de mesa. Nos últimos anos, muitos produtores portugueses optaram por aumentar a oferta de vinhos nos segmentos mais elevados. Certamente, em resposta a solicitações do mercado. Outros produtores, no entanto, não o fizeram. Miopia? Provavelmente, não. A verdade é que o mercado não fechou para o vinho a granel. Como existe procura, muitas empresas que produzem vinhos de marca têm uma presença significativa no segmento do granel. Sem preconceitos, optimizam. Como é evidente, um litro de vinho de marca vende-se a um preço mais elevado do que um litro de vinho a granel. Mas pretender que Portugal só deveria produzir vinho de mesa seria um erro colossal. Qualquer linha de apoio que o Estado criasse com tal objectivo seria, obviamente, aproveitada pelos empresários, mas introduziria uma distorção sem sentido.

Em geral, só faz sentido alterar as escolhas dos agentes económicos quando os incentivos existentes não alinham com o bem estar colectivo. Esses casos podem resultar de factores inerentes à própria actividade económica (por exemplo, efeitos de difusão tecnológica), mas também do mau funcionamento do Estado (corrupção). Mas essa é outra discussão. Não é isso que está em causa quando se propõe "um novo modelo para Portugal". O que verdadeiramente está implícito nesse discurso é a pretensão errada de que os empresários percebem pouco do seu ofício. Como se todos os industriais que produzem e exportam sapatos, vidros, cerâmica e vestuário fossem cegos relativamente às oportunidades existentes.

Com isto, não pretendo defender que uma especialização apoiada em salários baixos e indústrias de baixa intensidade tecnológica seja o melhor dos mundos. Com certeza, não é. Todos estaríamos melhor se tivéssemos um padrão de produção igual ao da Finlândia. Mas provavelmente, se fazemos aquilo que fazemos é porque é isso que sabemos fazer melhor e aquilo que se espera que façamos, dados os constrangimentos de que a nossa economia padece.

Daqui também não se retira que o Estado não tenha um papel a desempenhar. Pelo contrário. O Estado influencia decisivamente o padrão de produção, na medida em que determina o ambiente económico e o sistema de incentivos no qual os indivíduos investem e produzem. E, precisamente, aí há muito fazer. Nomeadamente, dentro da própria Administração Pública, onde a regulamentação excessiva e a tremenda burocracia tornam o sistema permeável à corrupção e resultam numa menor compensação pelo esforço. As consequências ocorrem em todos os níveis, desde um urbanismo precário que afecta a qualidade do turismo a um sistema de

ensino ineficiente, que limita a capacidade de adopção de novas tecnologias em Portugal. Mais do que influenciar as escolhas, o Estado deve procurar melhorar o ambiente económico em que as escolhas ocorrem. Esse será o seu melhor contributo para uma mudança de paradigma no nosso país.

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro